

# Política de informação no Brasil: um panorama da produção científica na ciência da informação

## *Information policy in Brazil: an overview of the scientific production in information science*

Rinaldo Ribeiro de Melo<sup>1</sup>, Getúlio Valdemir Batista<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6711-3005>

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1187-0629>

Autor para correspondência/Mail to: Rinaldo Ribeiro de Melo, [ribeiro.rinaldo@gmail.com](mailto:ribeiro.rinaldo@gmail.com)

Recebido/Submitted: 7 de julho de 2022; Aceito/Approved: 26 de dezembro de 2022



Copyright © 2023 Melo & Batista. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso em ambientes educacionais, de pesquisa e não comerciais, com atribuição de autoria obrigatória. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

### Resumo

**Introdução:** este estudo tem como objetivo apresentar indicadores de produção sobre políticas de informação no Brasil. **Método:** realizado por meio de um estudo exploratório e bibliográfico, onde utilizou-se como base os artigos publicados por pesquisadores brasileiros e indexados pela Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, entre os anos de 2010 e 2020, empregando a bibliometria e a cientometria como instrumentos de análise. **Resultados:** evidencia-se a predominância de pesquisadores vinculados à Programas de Pós-Graduação, especialmente em Ciência da Informação; crescimento de tendências temáticas relativas ao tema política de informação; predominância de universidades públicas entre as mais produtivas com destaque para as instituições pertencentes à Região Sudeste, 12 no total, responsáveis por concentrar 78% das autorias encontradas no corpus da pesquisa. **Conclusão:** foi possível visualizar o panorama dos estudos que se tem desenvolvido sobre a temática, apontando quais os autores publicaram mais, seus vínculos institucionais e colaborações científicas, bem como as subáreas que tem ganhado destaque nos trabalhos publicados sobre esse domínio na Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** Ciência da informação; Indicadores de produção; Política de informação; Estudos Métricos da Informação.

### Abstract

**Introduction:** this study aims to present indicators of production on information policies in Brazil **Method:** conducted by means of an exploratory and bibliographic study, using as basis the articles published by brazilian researchers and indexed by the Reference Database of Information Science Journal Articles, between the years 2010 and 2020, employing bibliometrics and scientometrics as analysis tools. **Results:** it is evident the predominance of researchers linked to Graduate Programs, especially in Information Science; growth of thematic tendencies related to the information policy theme; predominance of public universities among the most productive, with emphasis on the institutions belonging to the Southeast Region, 12 in total, responsible for concentrating 78% of the authors found in the research corpus. **Conclusions:** it was possible to visualize the panorama of studies that have been developed on the theme, pointing out which authors have published more, their institutional links and scientific collaborations, as well as the subareas that have gained prominence in the works published on this domain in Information Science.

**Keywords:** Information science; Production indicators; Information policy; Metric Studies of Information.

## INTRODUÇÃO

É comum escutar que a humanidade está inserida na era da informação, ou até mesmo que, informação é poder. De fato, no contexto mundial e com o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a informação assume várias definições e é protagonista de dilemas, conflitos e paradoxos. A Ciência da Informação (CI) enquanto campo científico surge no período pós-guerra cuja finalidade era resolver os problemas de informação, sobretudo os relacionados à recuperação da informação advindos da época, dada a quantidade exponencial de informação científica e tecnológica que foi produzida (Linares Columbié, 2005).

Segundo Costa (1999, p. 1) “estávamos em plena Guerra Fria, período em que se impunha a institucionalização de mecanismos de geração, processamento e controle de uma imensa massa de informações a serem recuperadas”. É nesse momento, que o estado passa a ter controle das informações que são geradas, armazenadas e disponibilizadas tanto para guiar suas ações, como para informar a população sobre determinada situação, e, nesse contexto insere-se a política de informação.

Todavia, para que possamos compreender a dinâmica que envolve as políticas de informação devemos observar a mudança de paradigmas de um estado burocrático para um estado informacional. O modelo burocrático surge para impor uma administração adequada aos novos desafios do Estado moderno, cujo objetivo era combater as práticas de nepotismo e a corrupção. Esse modelo foi pensado por Max Weber e representa um grande avanço em relação ao seu antecessor, o patrimonialista. Entre sucessos e dificuldades esse modelo precisou ser revisto, a administração pública ansiava por um modelo que rompesse com as disfunções da burocracia e que aumentasse a eficiência do Estado.

É no modelo gerencial que o uso massivo das informações subsidia o desenvolvimento das organizações públicas. É também aqui que as demandas por transparência, prestação de contas e responsabilização se faz presente. Nesse sentido, a informação governamental assume um caráter político, dado os atores que a cria, armazena e disponibiliza. Pode-se considerar também que “A informação é apreendida e utilizada diretamente pelos atores governamentais de acordo com suas atividades e a posição que ocupam na administração pública” (E. M. Silva, 2016, p. 19).

Por outro lado, a definição do vocábulo “política” ainda provoca várias interpretações, pois os estudos dessa temática se apresentam nos mais variados contextos e finalidades. Portanto, a abordagem mais usual é não definir o que o termo significa e sim tratá-lo no contexto em que se discute a abrangência da política (Marciano, 2006). Dessa forma, apesar da multiplicidade de facetas que comporta essa palavra, o contexto pretendido por este artigo é o das políticas de informação.

No Brasil, esse tema é bastante estudado, especialmente na Ciência da Informação, que em seu principal evento da área o do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), possui um grupo de trabalho (GT) específico para discutir as temáticas referentes às políticas de informação, o GT5, sem contar os trabalhos publicados nos periódicos especializados da CI.

Assim sendo, este trabalho tem o objetivo de apresentar indicadores de produção sobre políticas de informação no Brasil, por meio de um estudo exploratório e bibliográfico. Utilizou-se como base os artigos publicados por pesquisadores brasileiros nos periódicos e anais do ENANCIB indexados pela Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), entre os anos de 2010 e 2020, empregando a bibliometria e a cientometria como instrumentos de análise. Buscou-se identificar a distribuição temporal, os periódicos, bem como o mapa das palavras-chave mais recorrentes, o núcleo de autores e instituições mais produtivos e a distribuição geográfica das produções sobre o tema.

## POLÍTICA DE INFORMAÇÃO: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde os primórdios da humanidade, as relações sociais foram estabelecidas pelas regras de convívio. Dessa forma, começam a surgir diferentes agrupamentos sociais, cujos pontos de convergência giram em torno das relações de poder, política e informação. Em um contexto de constante transformação, diversos tipos de sociedade se formaram, outras foram dizimadas. A ideia de sociedade da informação, por exemplo, é fruto desses movimentos, do valor econômico e social atribuído à informação, que reflete a necessidade de políticas de informação voltadas para o contexto de soluções dos problemas informacionais.

Naturalmente, as questões em torno do tema política de informação perpassa as estruturas do Estado e formas de governo. Sobretudo, no contexto de um Estado detentor das cadeias de produção e disseminação da informação. Braman (2006, p. 18), compartilha deste ponto de vista ao afirmar que “... é a política de informação que é o domínio legal através do qual o governo exerce a forma mais importante de poder no mundo de hoje, o poder informacional”. Embora a política de informação esteja presente nas formas mais antigas de governança, o ciclo de criação, processamento, fluxo e uso da informação para exercer o poder ainda se faz presente na contemporaneidade.

É importante registrar, que uma política de informação em geral apresenta a capacidade de gerar, processar, recuperar e compreender a informação. Além disso, ela recebe influência da economia globalizada, em que as redes de informação ao mesmo tempo que representam a aceleração dos fluxos informacionais, também promovem conflitos de interesses, o que justifica ações de regulação para produção e uso da informação pela sociedade. Assim, o conjunto de leis, regulamentos, é um guia de orientação, que aliado à inovação tecnológica apresenta os caminhos necessários para o desenvolvimento de diferentes ações para o exercício do poder (Pinheiro, 2012).

A visão de Braman (2006) sobre o Estado Informacional do Estados Unidos, reforça que diversos atores sociais e não sociais podem influenciar a definição das políticas de informação, mas que a percepção do quanto isso varia de Estado para Estado, depende do nível de desenvolvimento econômico, político e social de uma nação (E. M. Silva, 2018). A discussão do papel do Estado na definição de uma política tende a envolver diversos níveis de análise, pois ele é caracterizado por múltiplas interdependências com outras entidades estatais e não estatais de modo que exigem o uso da infraestrutura global de informações para criação, processamento, fluxos e uso de informações.

Dada a complexidade que envolve o fenômeno “política” e “informação” é importante que sejam definidas regras para que os atores políticos administrem seus recursos informacionais. Segundo Delaia e Freire (2010, p. 116), o Estado enquanto responsável pela promoção do acesso e uso da informação deve “... manter uma visão prospectiva em relação aos diversos interesses acerca da informação ...”.

Nesse sentido, as políticas de informação passam a ser consideradas um fator estratégico para o desenvolvimento e o progresso científico-tecnológico de uma nação. Para Pinheiro (2010, p. 117) as políticas de informação estão “... voltadas para o avanço científico e tecnológico, incentivadas pelos Estados que passam a promover a importância da ciência e da tecnologia (C&T) como elemento modernizador da estrutura produtiva ...”.

É importante assinalar que apesar de as primeiras políticas de informação emergirem do cenário de pós-guerra, hoje elas assumem o status de sustentação para que o Estado consolide um conjunto de objetivos que tem como foco o bem-estar e o interesse público. Para tanto a definição de uma política de informação apresenta um esforço coordenado tanto do Estado, quanto dos atores sociais.

Dessa forma, “a política de informação é aquela que engloba leis e regulamentos que lidam com qualquer estágio da cadeia de produção da informação” (Pinheiro, 2012, p. 7). Conseqüentemente, envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações para implementar as decisões tomadas.

Como decorrência do contexto ao qual a política é discutida, as formas de poder mudam as regras e pode tangenciar a finalidade da proposta. Uma demonstração evidente de que a relação entre atores, poder, informação e política são catalisadores da denominada assimetria informacional, ou seja, da distribuição desigual da informação. “Os fatores que teriam ditado essa nova dimensão teriam produzido tensão entre os objetivos das políticas de informação e suas finalidades”. (Jardim, Silva, & Nharreluga, 2009).

Por sua vez, vale destacar que as políticas de informação enquanto força constitutiva define as regras do jogo, conforme explica Secchi (2013, p. 26) as “... políticas constitutivas provocam conflitos entre os entes e os atores diretamente interessados, pois têm a capacidade de alterar o equilíbrio de poder existente”. A capacidade de aprovação ou não, depende da relação de forças entre esses atores e interesses da sociedade. Além disso, para E. M. Silva (2018, p. 3454) essa força “... pode ajudar a sociedade a compreender seu papel, reformulá-lo e adequá-lo às mudanças provocadas pela economia, política e tecnologia”.

Assim, dado o contexto ao qual o presente trabalho se debruça, as políticas de informação no Brasil podem ser classificadas como força constitutiva no sentido de oferecer subsídios para entender as diversas formas de poder e como regulatória no sentido de regular o ciclo da informação. Baseado em Pinheiro (2012) e E. M. Silva (2016), o quadro abaixo tenta fazer uma interlocução entre os sentidos da política de informação e os respectivos temas trabalhados na produção científica da área.

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO- FORÇA CONSTITUTIVA	POLÍTICA DE INFORMAÇÃO - REGULATÓRIA
Direitos autorais	Acesso à Informação
Acesso Aberto	Privacidade
Privacidade	Direitos autorais
Telecomunicações e Conectividades	Regime informacional
Governança	-----

**Quadro 1.** Sentidos da política de informação e produção científica.  
Fonte: Os autores com base em Pinheiro (2012) e E. M. Silva (2016)

Destaca-se que, embora as discussões sobre as políticas de informação acontecerem há mais de uma década no Brasil, os estudos frente aos novos contextos informacionais ainda são emergentes. Dessa forma, os estudos que buscam caracterizar, mapear e apresentar os panoramas sobre uma determinada área do conhecimento são cruciais para o seu desenvolvimento e consolidação.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória contribuindo na descrição de fenômenos em que podem ser realizadas análises empíricas e teóricas, podendo ser também utilizadas tanto para descrições quantitativas quanto para descrições qualitativas (Marconi & Lakatos, 2003). Quanto aos meios, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, tendo como fontes principais os registros da literatura científica consolidada nas publicações periódicas e anais de congressos especializados da área (R. A. Santos, 2015).

Caracteriza-se como uma pesquisa qualiquantitativa, tendo como foco as discussões dos indicadores bibliométricos e cientométricos levantados. Adota-se a bibliometria, pois ela visa “... estudar as atividades científicas ou técnicas, do ponto de vista de sua produção ou comunicação” (Bufrem & Prates, 2005, p. 13), e cientometria, dessa forma, é capaz de contribuir para a apresentação do panorama dos estudos sobre políticas de informação no Brasil.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da realização de duas etapas:

### **Etapa 1: Levantamento dos dados**

**Buscas dos registros:** a busca foi realizada no dia 09 de abril de 2022, na BRAPCI utilizando o campo “todos”, com delimitação temporal de 10 anos (2010-2020), porque cobre um número acentuado de trabalhos recentes sobre o tema, especialmente, após a implementação da Lei de Acesso à Informação no Brasil em 2011, que contribuiu com o aumento de discussões para a área.

Para recuperação dos trabalhos, foi utilizado unicamente o termo de busca “política de informação” por ser considerado suficiente para obtenção do objetivo proposto, tendo em vista o número de artigos recuperados e válidos para análise.

**Seleção dos registros:** nessa etapa os arquivos digitais recuperados passaram por uma criteriosa leitura técnica para a inclusão exclusivamente dos trabalhos que tivessem como foco o tema “políticas de informação” ou algum assunto decorrente do aprofundamento das discussões sobre o tema.

T. E. Silva e Eirão (2019) apontam para um crescente número de trabalhos no GT5 do ENANCIB que não utilizam o termo “política de informação” como palavra-chave, dentre os termos pode-se destacar: “acesso à informação pública”, “lei de acesso à informação” e “acesso à informação”. Em decorrência desse fato, foram realizadas análises no título, no resumo e palavras-chave para identificar aqueles que, de fato, abordassem o tema “política de informação”, seja como objeto de estudo ou como instrumento de análise das pesquisas; não excluindo a leitura da introdução e outras partes do texto como forma complementar de análise. Cabe destacar que para análise foram considerados apenas os artigos com autoria nacional.

Os trabalhos que passaram por esses critérios foram capturados e codificados em um banco de dados organizado em uma planilha do *software Microsoft Excel* para facilitar o manuseio e a recuperação contendo: o código de identificação de cada registro, atribuído no momento de inserção no software, autores, instituição, título, palavras-chave, periódico-evento, estrato de Qualis periódicos e ano.

Ao todo foram recuperados 102 artigos, mas desse total: seis trabalhos foram excluídos por representarem duplicatas; três trabalhos apresentavam autorias internacionais; 10 trabalhos estavam fora do período temporal; e 15 não estavam no escopo da pesquisa. Dessa forma, apenas 68 se enquadraram nos critérios estabelecidos pela pesquisa e compuseram o *corpus* total dos trabalhos analisados, sendo 50 pertencentes a periódicos e 18 pertencentes ao ENANCIB.

### **Etapa 2 – Análise e manipulação dos dados**

**Análise dos dados para a construção dos indicadores:** a partir dos artigos selecionados e dos seus dados organizados na etapa anterior (autores, instituição, título, palavras-chave, periódico-evento, estrato de Qualis periódicos e ano) foi possível construir os seguintes indicadores: distribuição temporal da produção; *ranking* de veículos de comunicação mais recorrentes; distribuição e correlação das palavras-chave mais empregadas pelos autores; *ranking* de produtividade de autores e colaboração entre os autores; *ranking* de instituição mais produtiva; e distribuição geográfica das produções e autorias.

Para a manipulação dos dados e construção das tabelas e figuras foram utilizados os *softwares Microsoft Excel* e o *VOSviewer*<sup>1</sup>, este último responsável pela construção e visualização de redes bibliométricas, sendo utilizado nessa pesquisa para montar as redes de colaboração entre os autores e as relações de coocorrência de termos.

## **ANÁLISES E DISCUSSÕES**

Decorridas a coleta, seleção e manipulação do *corpus* de análise. Apresenta-se as análises e discussões dos trabalhos publicados no Brasil entre 2010 e 2020 sobre o tema políticas de informação. A Figura 1 exhibe a distribuição temporal dos 68 artigos analisados.

---

<sup>1</sup>Recuperado de <https://www.vosviewer.com/>

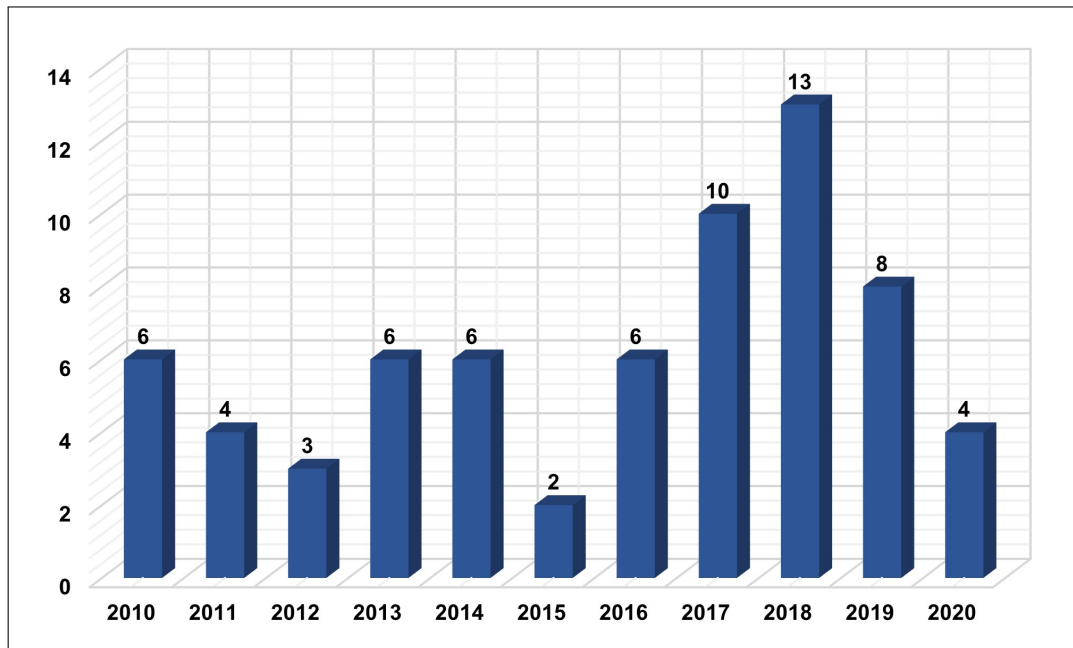


Figura 1. Distribuição anual dos artigos sobre Política de Informação

A frequência no padrão de publicações de trabalhos sobre o tema, de acordo com a Figura 1 apresenta uma certa irregularidade de constância nos números de artigos, principalmente no ano de 2015 que aparece com apenas duas publicações. Sobre esse dado, nota-se um baixo número de trabalhos recuperados tanto em 2012 quanto 2015 pode-se inferir que este fato se deve a utilização de outras palavras-chave para representação dos estudos sobre política de informação, decorrente “[...] do aprofundamento das discussões sobre o tema, com o surgimento de novos assuntos ou assuntos mais específicos, criando assim tratamentos adequados para os desdobramentos do campo da política de informação” (T. E. Silva & Eirão, 2019, p. 10).

É observado que a partir de 2016 há um crescimento nos números de artigos publicados sendo 2018 o ano com maior número de publicações, 13 no total, sendo nove trabalhos de publicações dos anais do ENANCIB. Em 2020 há novamente uma queda no número de publicações, cabe enfatizar que essa queda está atrelada diretamente com a suspensão do ENANCIB, considerado o principal evento da comunidade de Ciência da Informação no Brasil, em decorrência da pandemia causada pela Covid-19, na ocasião todas as atividades referentes ao evento foram transferidas para o ano de 2021 (*Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*, 2020). Assim como o ENANCIB, diversos outros eventos também foram cancelados, até essa data ainda não se sabia quanto tempo a pandemia iria durar, e ainda não se tinha vacinas disponíveis para a população.

Foi realizada uma análise para verificar os periódicos que receberam esses trabalhos. Eles estão apresentados na Tabela 1, de acordo com o número de ocorrências de publicações e suas respectivas classificações no estrato qualis periódicos da CAPES.

PERIÓDICOS	OCORRÊNCIAS	QUALIS
<b>Informação &amp; Informação</b>	6	A2
<b>RECIIS-Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde</b>	5	B1
<b>Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia</b>	4	B1
<b>Perspectivas em Ciência da Informação</b>	4	A1
<b>RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação</b>	3	B1
<b>PontodeAcesso</b>	3	B1
<b>Ciência da Informação</b>	2	B1
<b>Ciência da Informação em Revista</b>	2	B5
<b>Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação</b>	2	A2
<b>Inclusão Social</b>	2	B4
<b>Informação &amp; Sociedade: Estudos</b>	2	A1
<b>Informação@Profissões</b>	2	B5
<b>Perspectivas em Gestão &amp; Conhecimento</b>	2	B1

Tabela 1. Distribuição dos artigos por periódicos

Dos 68 artigos analisados, 50 estão publicados em 24 periódicos, sendo todos da área da Ciência da Informação,



os outros 18 trabalhos dizem respeito aos publicados nos anais do ENANCIB, mas não se enquadram no qualis periódicos da CAPES. Houve uma maior ocorrência no periódico “Informação & Informação”, que publicou 12% dos trabalhos referentes aos periódicos. Destaca-se que esse é um periódico bem-conceituado na área da Ciência da Informação, possuindo classificação A2 no sistema Qualis periódicos. Em segundo lugar, com seis ocorrências, aparece a “RECIIS-Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde”, embora seja uma revista com uma aproximação maior para as discussões na área da saúde, a revista possui em suas temáticas de interesse, uma temática voltada para as “políticas de comunicação, informação e saúde”, contribuindo para as discussões de políticas de informação voltadas para a área da saúde. No que se trata da estratificação dos periódicos mais recorrentes, observou-se uma tendência de publicação em periódicos mais bem avaliados, o que vem sendo uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no processo avaliativo dos programas de pós-graduação (PPG). Além disso, Castiel e Sanz-Valero (2007, p. 3042), apontam que “um dos requisitos para aceder aos financiamentos é a demonstração da produtividade dos grupos de pesquisa, sobretudo em termos de publicação nos veículos acadêmicos de melhor reputação nos respectivos campos”. Nesse contexto, identificou-se que mais de 50% dos autores que publicaram sobre o tema, estão vinculados à algum PPG e fazem parte de grupos de pesquisa. Assim, há uma concentração de 14% das publicações em periódicos A1 e A2, em conjunto; 44% em periódicos B1 e 24% distribuídos entre periódicos B2, B3, B4 B5 e C.

Buscou-se também analisar as tendências temáticas contidas nos artigos analisados com a intensão de vislumbrar os assuntos que estão ganhando destaque na área, a Figura 2 traz a distribuição quantitativa dos principais temas estudados. Cabe mencionar que para esta análise foram utilizadas as palavras-chave atribuídas pelos autores e extraídas dos documentos.

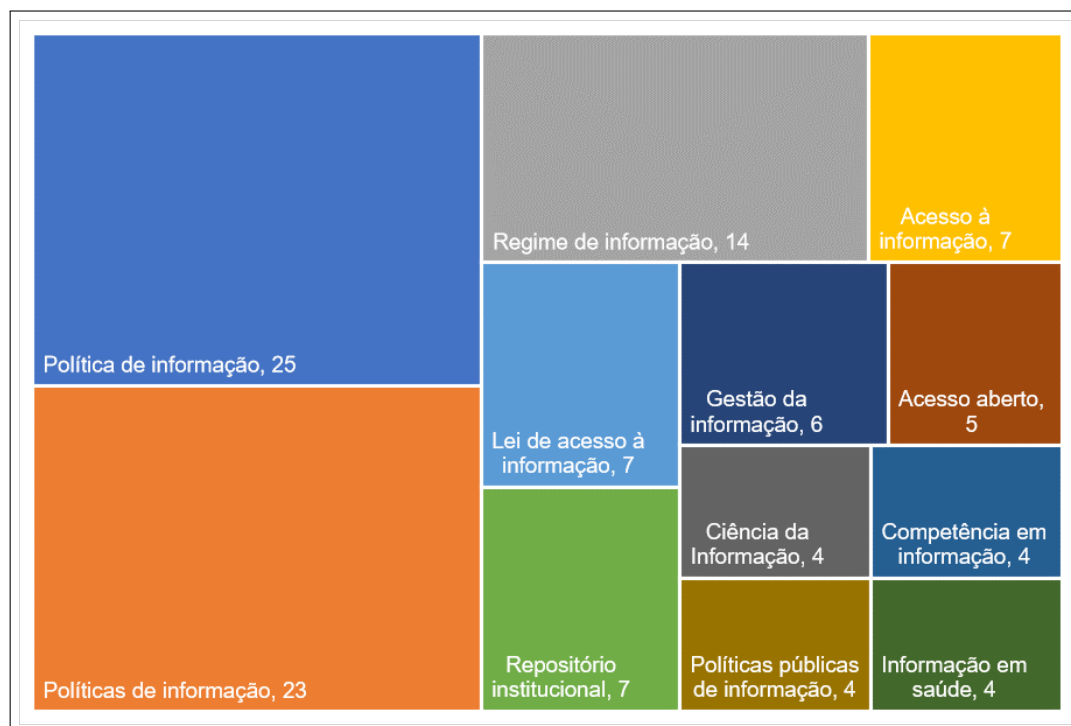


Figura 2. Distribuição das tendências temáticas dos artigos

A Figura 2 apresenta as 12 palavras-chave mais recorrentes no *corpus* da pesquisa de um total de 88 palavras-chave identificadas, optou-se em apresentar na figura os termos com mais de quatro repetições. É possível observar que além da variação do termo “política de informação” usados tanto no singular quanto no plural totalizando 48 repetições, tem-se outras tendências temáticas representativas sobre o tema e que tem apresentado um crescimento nos estudos publicados no GT5 do ENANCIB como foi pontuado pelos autores T. E. Silva e Eirão (2019). Destaque para as palavras-chave: “regime de informação”, com 14 repetições; “acesso à informação com 7 ocorrências; “lei de acesso à informação” e “repositórios institucionais”, ambas também, com sete ocorrências.

Em complemento a distribuição das tendencias temáticas dos artigos, buscou-se apresentar as redes de coocorrência dos termos atribuídos pelos autores como uma forma de visualizar como as temáticas relacionam-se entre si. Para isso, lançou-se mão da ferramenta *VOSviewer*, onde cada elemento é representado por um círculo e o tamanho do círculo é determinado pelo peso do elemento, ou seja, o número de vezes que o elemento foi encontrado. Assim, quanto maior o peso de um elemento, maior o tamanho do círculo. Já a cor, de cada elemento é determinada pelo *cluster* ao qual o elemento faz parte (Van Eck & Waltman, 2022).

A Figura 3 apresenta as relações entre as palavras-chave atribuídas pelos autores encontradas nos artigos analisados.



No total foram 154 autorias, distribuídos entre as 68 publicações. Vale ressaltar que, para esta análise, as relações de coautoria foram desconsideradas, de maneira que um artigo pode ser atribuído a mais de um autor, tornando a contagem completa e artificialmente aumentada.

Para a apresentação da Tabela 2 foram considerados os autores que possuíam o mínimo de duas publicações neste período. Dessa forma, 21 autores figuram entre os mais produtivos sobre esse domínio. Destaca-se o primeiro lugar para a pesquisadora *Isa Maria Freire*, que é Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e atua no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba na linha de pesquisa “Ética, Gestão e Políticas de Informação”. A autora obteve o maior número de publicações sobre políticas de informação, nove no total, representando 13,23% do total do *corpus* recuperado e válido. Em segundo lugar aparece a autora *Marta Macedo Kerr Pinheiro* com oito trabalhos, cerca de 11,76% de todo *corpus*. A pesquisadora atua em Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento e em seu perfil cadastrado na Plataforma Lattes, informa atuar em pesquisas sobre políticas de informação e outros temas relacionados. Logo após essas duas pesquisadoras, seguem os autores *Terezinha Elisabeth da Silva*, *Herbert de Oliveira Rego*, *Gustavo Henrique de Araújo Freire* com, respectivamente, cinco, quatro e três publicações no total. As demais 16 autorias que fazem parte da Tabela 2 possuem duas publicações cada e fecham o *ranking* dos mais produtivos. Com relação ao vínculo institucional, todos os autores, representados na Tabela 2, fazem parte de instituições públicas e 67% estão vinculados a programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

Ainda é possível notar na Tabela 2, um núcleo de publicações sobre políticas de informação com poucos autores envolvidos. Esse núcleo, é discutido por meio da lei de produtividade de autores, proposta por Lotka, em 1962 e comprovada por Price, em 1965. De maneira resumida, é observado que numa determinada especialidade científica, há sempre uma maior quantidade de produções sendo publicadas por um número reduzido de autores enquanto, por outro lado, há uma pequena quantidade de trabalhos sendo produzida por um número elevado de autores menos produtivos (R. N. M. d. Santos & Kobashi, 2009).

Após a identificação dos autores mais produtivos, tornou-se relevante visualizar quais são as principais parcerias entre os pesquisadores, dessa forma a Figura 4 apresenta os principais colaboradores do domínio estudado.

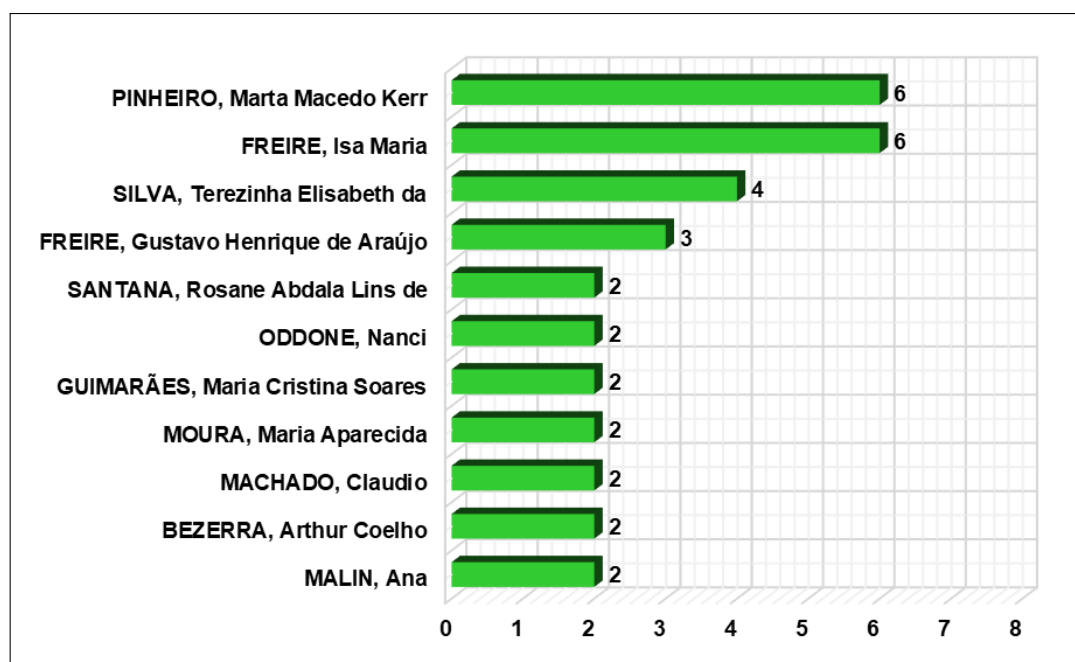


Figura 4. Distribuição dos autores colaboradores dos artigos

É apresentado na Figura 4, os 11 autores com maior número de colaborações no período avaliado, de um total de 55 pesquisadores que colaboraram em algum dos trabalhos analisados. Pode-se destacar as autoras *Marta Macedo Kerr Pinheiro* e *Isa Maria Freire*, ambas com seis colaborações e os autores *Terezinha Elisabeth da Silva* com quatro colaborações e *Gustavo Henrique de Araújo Freire* com colaboração em três trabalhos. É possível notar que todos os autores presentes entre os colaboradores mais recorrentes também figuram entre os autores mais produtivos e as quatro primeiras posições entre os colaboradores também figuram entre os quatro primeiros colocados no ranking dos autores mais produtivos. Em relação a posição das duas primeiras autoras na Figura 4, identificou-se que esse número de colaborações é fruto de orientações de doutorado, no caso de *Isa Maria Freire* com o autor *Herbert de Oliveira Rêgo* 4 colaborações no total e em nível de doutorado da pesquisadora *Marta Macedo Kerr Pinheiro* com *Patrícia Nascimento Silva* e em nível de mestrado com o autor *Rodrigo Moreno Marques*. Essas relações de orientação entre autores e colaboradores são bastantes comuns na ciência e de acordo



com Silveira (2016, p. 125) “... é reflexo de um conjunto de regras que estimula a cooperação e a colaboração entre orientador e orientandos no âmbito da pós-graduação”.

Como complemento as discussões sobre as relações de colaboração entre os pesquisadores, apresenta-se na Figura 5 um grafo com as redes de autores que produziram sobre o tema.

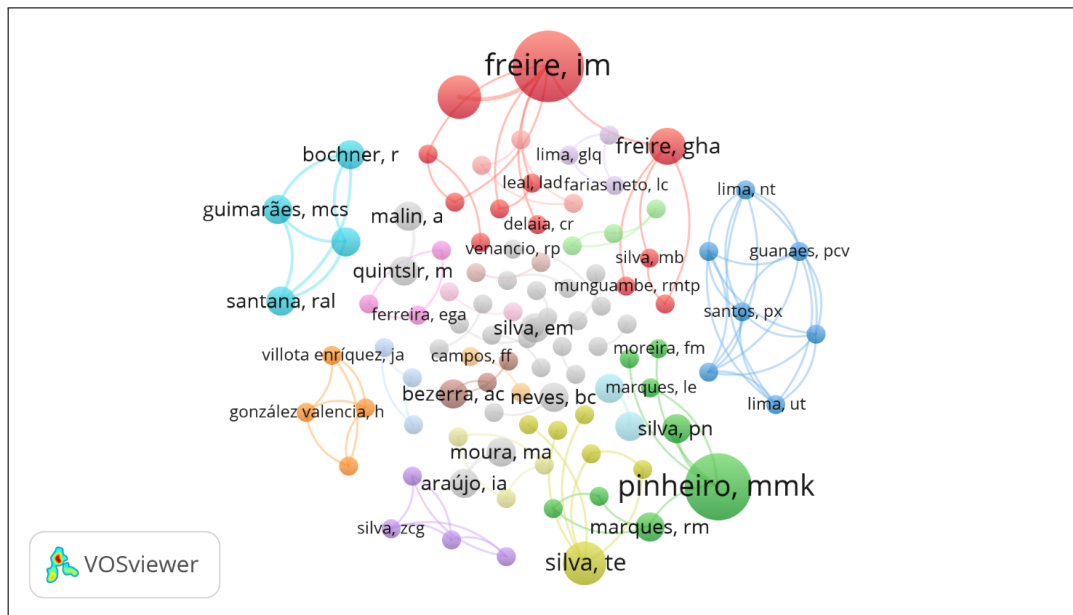


Figura 5. Redes de colaboração científica entre os pesquisadores

Evidencia-se, na Figura 5, a relevância das pesquisadoras *freire, im* (vermelho) e *pinheiro, mmk* (verde), representando os dois principais clusters da rede com maior número de ligações e conseqüentemente produções associadas. Além desses dois, a rede é formada por outros oito clusters menores, formados por grupos distintos de pesquisadores. Observa-se que as redes de colaboração não são concentradas, coexistindo uma diversidade de grupos pequenos de autores que se relacionam entre si formando subgrupos na rede. Identifica-se ainda que há autores produzindo sozinho, ou seja, não estão ligados a uma rede. Esse comportamento está ligado a fatores geográficos, autores que fazem parte de uma mesma instituição ou região e possuem interesse comum no mesmo tema ou fatores de orientação no âmbito da pós-graduação, como pontuado anteriormente.

Sabendo-se que fatores geográficos e institucionais podem influenciar a produção de uma determinada área de pesquisa, buscou-se na Figura 6 identificar os vínculos institucionais das autorias contidas nos artigos analisados.

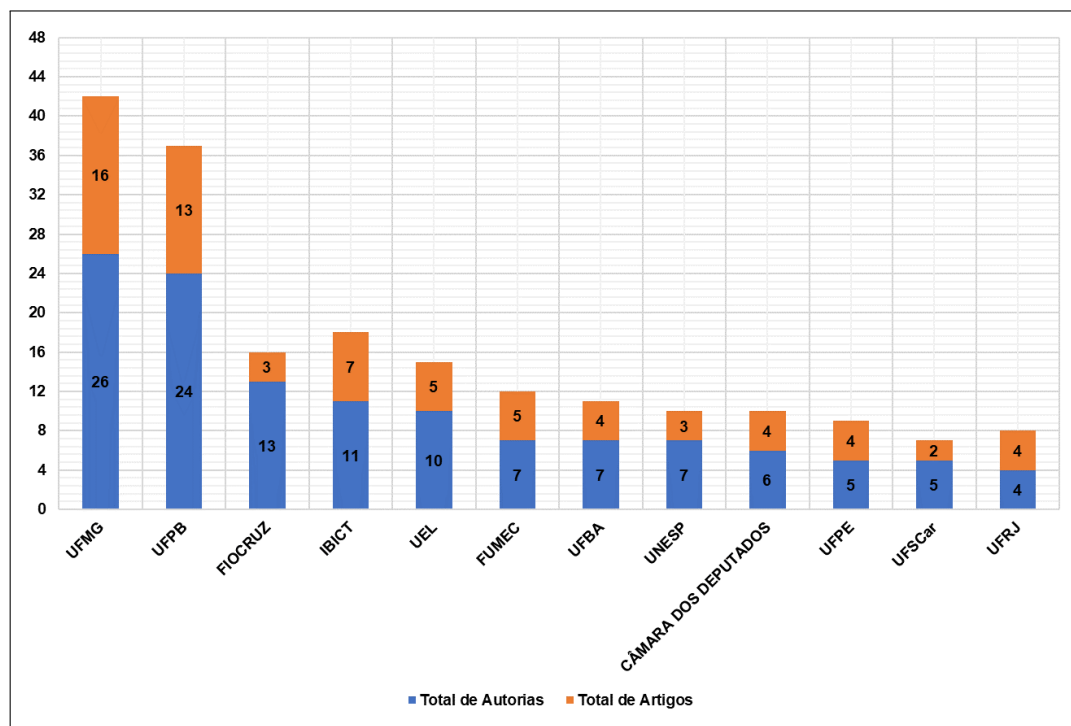


Figura 6. Ranking das instituições mais produtivas por autores dos artigos

É possível identificar na representação gráfica dois elementos: o primeiro referente ao total de autorias por instituição, na cor azul, e o segundo a quantidade de artigos publicados por instituições, na cor laranja. Destaca-se que o quantitativo numérico de autorias em relação ao número total de artigos publicados apresenta-se distinto em praticamente todas as instituições que fazem parte da Figura 6, pois cada artigo pode ter mais de um autor, o que consequentemente amplia o quantitativo de autores. Optou-se por representar graficamente as instituições que possuíam no mínimo quatro autorias, dessa forma, a Figura 6 apresenta as 12 instituições mais produtivas. Destaca-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como a mais produtiva do recorte, com 26 autorias distribuídas entre 16 trabalhos no período analisado, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) aparece logo em segundo lugar, com 24 autorias partilhadas entre 13 trabalhos. Cabe apontar que do total de autorias dos trabalhos atribuídos à UFMG, oito possuem autoria da pesquisadora *Marta Macedo Kerr Pinheiro*, e sobre à produção da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC) das sete autorias contida, cinco também são de responsabilidade de *Marta Macedo Kerr Pinheiro*, decorrentes do duplo vínculo institucional da autora entre a UFMG e a FUMEC, decorrentes de seu vínculo como professora colaboradora no PPGCI-UFMG e como professora celetista na FUMEC.

Sobre os dados contidos na Figura 6, pode-se notar também uma predominância de universidades públicas das regiões Sudeste, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente, com exceção do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da FUMEC e da Câmara dos Deputados. Destaca-se a Região Sudeste como responsável por concentrar o maior número de autorias e o maior número de instituições, sendo 83 autorias distribuídas entre 12 instituições, representando 78% das autorias encontradas no *corpus* da pesquisa. Essa região constantemente figura entre as mais produtivas do país nas mais diversas áreas do conhecimento, estando esse domínio ligado as “desigualdades socioeconômicas e culturais, com implicações diretas na produção cultural, artística e acadêmica” (Targino, 2000, p. 70). A Região Nordeste aparece em segundo lugar com 43 autorias distribuídas em seis instituições, perfazendo 41% das autorias. Já a Região Sul apresenta-se com 14 autorias resultantes de quatro instituições. A Região Centro-Oeste com um total de 13 autorias distribuídas, também, entre quatro instituições. Cabe destacar que não foram encontrados trabalhos ou autorias referentes a Região Norte no recorte analisado pela pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho objetivou apresentar indicadores de produção sobre o tema políticas de informação na área da Ciência da Informação no Brasil, a partir dos artigos de periódicos e anais do ENANCIB indexados na BRAPCI. Dessa forma, foi possível visualizar o panorama dos estudos que se tem desenvolvido sobre a temática, apontando quais os autores que publicaram mais, seus vínculos institucionais e colaborações científicas, bem como as subáreas que tem ganhado destaque nos trabalhos publicados sobre esse domínio na Ciência da Informação.

É preciso ressaltar as limitações da pesquisa, sobretudo pela escolha de uma palavra-chave única para o levantamento do *corpus* da pesquisa. Assim como, problemas encontrados em relação a interoperabilidade dos

anais do ENANCIB indexados pela BRAPCI e percebidos durante a coleta dos dados, restringindo o número total de publicações passíveis de recuperação sobre o tema na Ciência da Informação, assim como os resultados duplicados e fora do recorte temporal definido.

Sobre os resultados, cabe destacar inicialmente a irregularidade na frequência do padrão de publicações de trabalhos sobre o tema, com quedas e altas no número de publicações no decorrer do recorte temporal. No que diz respeito as publicações dos trabalhos, nota-se a preferência por publicações em periódicos nacionais bem avaliados pela CAPES, com mais de 73% dos trabalhos analisados contra apenas 26% as pesquisas publicadas nos anais do ENANCIB. Em relação ao vínculo institucional dos autores mais produtivos, todos fazem parte de instituições públicas e 67% estão vinculados à Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Em relação as instituições mais produtivas, identificou-se uma predominância de universidades públicas ocupando as posições mais elevadas, sobretudo instituições pertencentes à Região Sudeste, que é responsável por concentrar o maior número de autorias e o maior número de instituições, com 83 autorias distribuídas entre 12 instituições.

Por fim, considera-se que este trabalho foi essencial para apresentar uma perspectiva dos estudos relacionados às políticas de informação na Ciência da Informação no Brasil. E, espera-se, que os resultados colaborem com o desenvolvimento e verticalização dos estudos vinculados à essa temática a partir dos indicadores de produção científica que foram apresentados e discutidos.

## REFERÊNCIAS

- Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. (2020). *Suspensão e adiamento do enancib 2020*. Facebook. Recuperado de [11nk.dev/BRhuC](https://11nk.dev/BRhuC)
- Braman, S. (2006). *Change of state: Information, policy, and power*. Cambridge, MA: Mit Press.
- Bufrem, L., & Prates, Y. (2005). O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. *Ciência da Informação*, 34, 9–25. doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652005000200002>
- Castiel, L. D., & Sanz-Valero, J. (2007). Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? *Cadernos de Saúde Pública*, 23, 3041–3050. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001200026>
- Costa, I. T. M. (1999). Informação, trabalho e tempo livre: políticas de informação para o século xxi. *Ciência da Informação*, 28(2). Recuperado de <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/843>
- Delaia, C. R., & Freire, I. M. (2010). Subsídios para uma política de gestão da informação da embrapa solos: à luz do regime de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 15(3), 107–130. Recuperado de [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362010000300007&lng=en&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362010000300007&lng=en&nrm=iso)
- Jardim, J. M., Silva, S. C. d. A., & Nharreluga, R. S. (2009). Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 14(1), 2–22. Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32975>
- Linares Columbié, R. (2005). *Ciencia de la información: su historia y epistemología*. Bogotá: Rojas Eberhard.
- Marciano, J. L. P. (2006). Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. *Informação & Sociedade*, 16(2). Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93001>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Pinheiro, M. M. K. (2010). Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 3(1), 113–126. Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119353>
- Pinheiro, M. M. K. (2012). Estado informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século xxi. *Varia Historia*, 28(47), 61–77. Recuperado de [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752012000100004&lng=pt&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100004&lng=pt&nrm=iso)
- Santos, R. A. (2015). *Metodologia científica: a construção do conhecimento* (8a. ed.). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Santos, R. N. M. d., & Kobashi, N. Y. (2009). Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 2(1), 155–172. Recuperado de <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/174>
- Secchi, L. (2013). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Silva, E. M. (2016). *O pacto pela vida no estado de pernambuco: informação, política e poder*. (Tese de Doutorado, João Pessoa, PB, Brasil). Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8611>
- Silva, E. M. (2018). Informação, política e poder na administração do estado de pernambuco: pacto pela vida. *Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*(19). Recuperado de <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103834>
- Silva, T. E., & Eirão, T. G. (2019). Mapeamento e tendências do g5 do enancib: um estudo dos trabalhos apresentados de 2011 a 2018. *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação*(20). Recuperado de <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1103>
- Silveira, M. A. A. (2016). *Produção e distinção no domínio da organização e representação do conhecimento no brasil* (Tese de Doutorado, Porto Alegre, RS, Brasil). Recuperado de <http://hdl.handle.net/10183/153353>
- Targino, M. G. (2000). A região geográfica como fator interveniente na produção de artigos de periódicos científicos. In S. P. M. Mueller, E. J. L. Passos (Orgs.). Brasília: Comunicação Científica.
- Van Eck, N. J., & Waltman, L. (2022). *Vosviewer manual*. Leiden: Universiteit Leiden; CWTS Meaningful metrics. Recuperado de [https://www.vosviewer.com/documentation/Manual\\_VOSviewer\\_1.6.18.pdf](https://www.vosviewer.com/documentation/Manual_VOSviewer_1.6.18.pdf)
- Silva, E. M. (2016). *O pacto pela vida no estado de pernambuco: informação, política e poder*. (Tese de Doutorado, João Pessoa, PB, Brasil). Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8611>

Como citar este artigo (APA):

Melo, R. R., & Batista, G. V. (2023). Política de informação no Brasil: um panorama da produção científica na ciência da informação. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 12, 1–13. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v12.86681>

## NOTAS DA OBRA E CONFORMIDADE COM A CIÊNCIA ABERTA

### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Papéis e contribuições	Rinaldo Ribeiro de Melo	Getúlio Valdemir Batista
Concepção do manuscrito	X	X
Escrita do manuscrito	X	X
Metodologia	X	
Curadoria dos dados	X	
Discussão dos resultados	X	X
Análise dos dados	X	

### FINANCIAMENTO

O(s) autor(es) declara(m) que esta pesquisa recebeu financiamento conforme dados indicados a seguir e o documento comprobatório foi anexado como documento suplementar: **Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) – Processo nº IBPG-0622-6.07/22 e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.**

### EQUIPE EDITORIAL

#### Editora/Editor Chefe

Paula Carina de Araújo (<https://orcid.org/0000-0003-4608-752X>)

#### Editora/Editor Associada/Associado

Helza Ricarte Lanz (<https://orcid.org/0000-0002-6739-2868>)

#### Editora/Editor de Texto Responsável

Cristiane Sinimbu Sanchez (<https://orcid.org/0000-0002-0247-3579>)

Seção de Apoio às Publicações Científicas Periódicas - Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná - UFPR

#### Editora/Editor de Layout

Felipe Lopes Roberto (<https://orcid.org/0000-0001-5640-1573>)